

Legislação e competências da COMGRAD

Estágios Não-Obrigatórios

Retomando a Lei 11.788/2008

- O estágio faz parte do Projeto Pedagógico do Curso, fazendo parte do itinerário formativo do estudante (Art. 1º, §1º);
- Visa ao aprendizado de competências da atividade profissional (Art. 1º, §2º);
- O estágio poderá ser obrigatório ou não-obrigatório, de acordo com as diretrizes curriculares, área de ensino e PPC (Art. 2º);
- “Estágio não-obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional acrescida a carga horária regular e obrigatória” (Art. 2º, § 2º)

- É obrigação da Instituição de Ensino:
 - indicar as condições de adequação do estágio à proposta pedagógica do curso, à etapa e modalidade de formação escolar do estudante (Art. 7º, inciso I) ;
 - avaliar a concedente e sua adequação à formação prevista no PPC (Art. 7º, inciso II);
 - indicar professor orientador (Art. 7º, inciso III) ;
 - exigir a apresentação periódica (no mínimo a cada 6 meses) de relatório das atividades (Art. 7º, inciso IV);
 - zelar pelo cumprimento do TCE (Art. 7º, inciso IV);
 - elaborar normas complementares e instrumentos de avaliação dos seus alunos (Art. 7º, inciso VI)

- O plano de atividades deverá progredir conforme a avaliação do desempenho do aluno (§ único do Art. 7º).
- Profissionais liberais podem ser concedentes de estágio, ex. Arquiteto (Art. 9º).
- Contraprestação: bolsa ou outra forma acordada. É obrigatória a concessão, assim como o auxílio transporte (art. 12)

Alterações da resolução

Art.	Inc.	Par.	Res. 29	Art	Inc	Par.	Res. 40
5º	I		estar regularmente matriculado	5º	I		estar regularmente matriculado
5º	II		ter integralizado um número de créditos obrigatórios igual ou superior à soma dos créditos das disciplinas obrigatórias da primeira etapa do curso em que estiver matriculado				Caso queiram estabelecer critérios nesse sentido, estes devem constar na Resolução da COMGRAD
5º	III		possuir, a partir da segunda matrícula, taxa de integralização (número de créditos obtidos/número de matrículas no curso) igual ou superior a 50% da Taxa de Integralização Média (TIM) do respectivo Curso, ressalvado o disposto no §2º	5º	II		possuir, a partir da segunda matrícula, taxa de integralização (número de créditos obtidos/número de matrículas no curso) igual ou superior a 50% da Taxa de Integralização Média (TIM) do respectivo Curso;

Art.	Inc.	Par.	Res. 29	Art	Inc	Par.	Res. 40
5º	IV		não apresentar, no período letivo imediatamente anterior àquele em que houver o pedido de concessão ou renovação do estágio, reprovação por falta de frequência (FF) em mais de 25% das atividades de ensino em que esteve matriculado	5º	III		não apresentar, no período letivo imediatamente anterior àquele em que houver o pedido de concessão ou renovação do estágio, reprovação por falta de frequência (FF) em mais de 25% das atividades de ensino em que esteve matriculado
5º	V		ter plano de atividades, com concordância do professor orientador, aprovado pela COMGRAD	5º	IV		ter plano de atividades, com concordância do professor orientador, aprovado pela COMGRAD
				5º	V		atender os requisitos estipulados em resolução pela COMGRAD, conforme previsto no art. 16

Art.	Inc.	Par.	Res. 29	Art	Inc	Par.	Res. 40
5º		2º	Poderá ser concedida, uma única vez, ao aluno que possuir taxa de integralização inferior a 50% da Taxa de Integralização Média do seu curso, autorização para realização ou renovação de estágio	5º		1º	A critério da COMGRD, poderá ser concedida, <u>ao aluno que possuir taxa de integralização inferior a 50% da Taxa de Integralização Média (TIM) do seu curso, em caráter excepcional, autorização para realização de estágio, mediante apresentação e cumprimento de plano de recuperação da TIM, firmado entre aluno e COMGRAD</u>
				5º		2º	Poderá ser concedida autorização para realização de estágio ao estudante regularmente vinculado à UFRGS como discente em <u>Mobilidade Acadêmica</u> cujo <u>plano de estudos, aprovado por sua instituição de origem e por sua COMGRAD de referência, preveja o estágio não obrigatório como atividade a ser desenvolvida no âmbito da mobilidade acadêmica nacional ou internacional</u>

Art.	Inc.	Par.	Res. 29	Art	Inc	Par.	Res. 40
9º			O período de estágio será de 6 (seis) meses, podendo ser renovado por, no máximo, mais três períodos, não podendo ultrapassar o total de 24 (vinte e quatro) meses	9º			O período de estágio será de 6 (seis) meses, podendo ser renovado por, no máximo, mais três períodos, não podendo ultrapassar o total de 24 (vinte e quatro) meses, exceto quando se tratar de estagiário portador de deficiência
						Único	Os requisitos para autorização da renovação de estágio seguem o disposto no Artigo 5º desta resolução.
9º		1º	A cada renovação de estágio o aluno deverá apresentar relatório de atividades ao professor orientador, que o encaminhará à COMGRAD	Estas informações devem constar na Resolução da COMGRAD			
9º		2º	O relatório deverá conter a avaliação do profissional que o supervisionou durante a realização do estágio				
9º		3º	Cada renovação do estágio está condicionada à aprovação do relatório do período anterior pelo orientador				

Art.	Inc.	Par.	Res. 29	Art	Inc	Par.	Res. 40
10			Será permitido ao aluno acumular o estágio não obrigatório e no máximo duas bolsas/auxílios financeiros desde que uma das bolsas/auxílios seja de assistência. (Alterado pela Res. nº 48/2014)	10			<u>Será permitido</u> ao aluno <u>acumular estágio não obrigatório e bolsas ou auxílios financeiros</u> que <u>não demandam contrapartida de carga horária além das atividades curriculares</u> do estudante
				11			<u>Será possível ao aluno acumular estágio não obrigatório e bolsas que exigem contrapartida de carga horário</u> além das atividades curriculares do estudante <u>desde que autorizado pela COMGRAD e pelo órgão concedente da bolsa</u> , seguindo seu regramento específico

Art.	Inc.	Par.	Res. 29	Art	Inc	Par.	Res. 40
12			As Comissões de Graduação poderão estabelecer regulamentação complementar à presente Resolução, através de resolução própria	13			As Comissões de Graduação <u>deverão</u> , através de resolução, estabelecer regulamentação própria, observada a legislação vigente.
						1º	<u>Os requisitos estabelecidos pelas Comissões de Graduação em suas resoluções deverão ser fundamentados e justificados à luz do Projeto Pedagógico do Curso</u>
						2º	As resoluções das Comissões de Graduação deverão ser aprovadas pela Câmara de Graduação
				14			Casos omissos serão resolvidos pelas Comissões de Graduação
				15			Da decisão sobre o pedido de autorização para realização ou renovação de estágio não obrigatório, o discente poderá interpor recurso à Câmara de Graduação.

Resoluções de Comgrad

- Prever as condições de realização e renovação de estágios não-obrigatórios;
- Indicar instrumentos de avaliação;
- Definir os procedimentos junto à Comissão de Graduação para autorização de estágio;
- Definir os critérios de concessão excepcional para os alunos que não tiverem TIM para realização de estágio;
- Definir como será a periodicidade e a apresentação do relatório de atividades.

- As resoluções devem estar em consonância com o PPC;
- Não podem flexibilizar os requisitos mínimos estabelecidos na Lei 11.788/2008 e na Res. 40/2016;
- Podem indicar critérios como etapa para realizar estágios não-obrigatórios, de acordo com o constante no Projeto Pedagógico do Curso;

Estrutura da Resolução da Comgrad sobre Estágio Não Obrigatório

- Deve iniciar com o órgão que a definiu, indicando quando foi aprovada, com base em quê.

RESOLUÇÃO Nº 40/2016

O CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, em sessão de 26/10/2016, tendo em vista o constante no Processo nº 23078.014200/2016-17, nos termos do Parecer nº 32/2016 da Comissão de Diretrizes do Ensino, Pesquisa e Extensão,

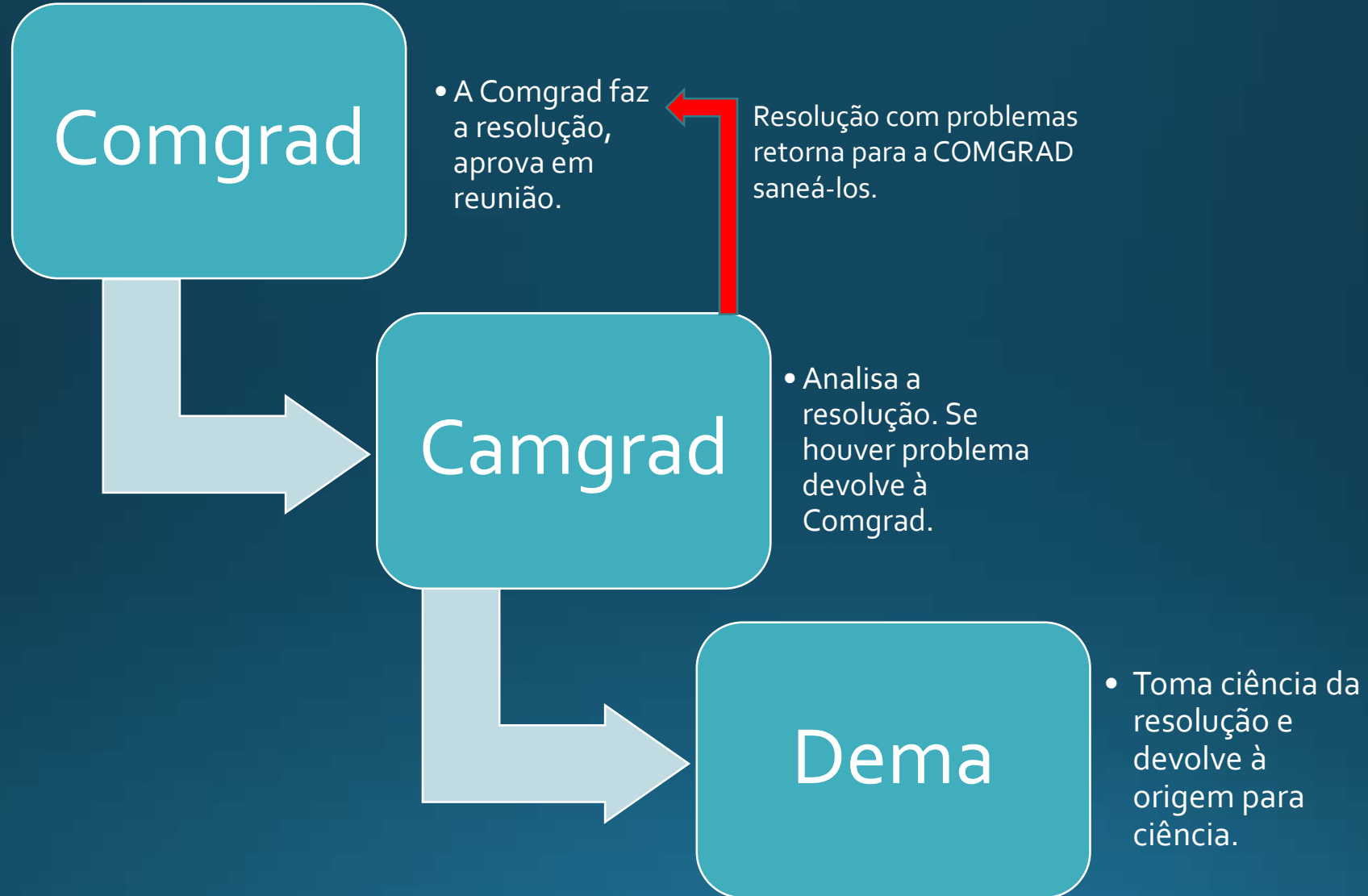
RESOLVE

ESTABELECEER AS SEGUINTEs NORMAS DO PROGRAMA DE ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO NA UFRGS:

- Critérios para concessão;
- Critérios para concessão de excepcionalidade;
- Critérios para renovação e renovação de excepcionalidade;
- Critérios e prazos para apresentação do relatório;
- Formato do relatório;
- Outras informações importantes.

Fluxo da aprovação da Resolução da Comgrad sobre Estágio Não Obrigatório

- O processo deverá ser instruído com:
 - Ofício endereçado à CAMGRAD com justificativa baseada no PPC;
 - Resolução;
 - Ata de aprovação da resolução na Comgrad.
- CAMGRAD analisa o processo/resolução;
- Se aprovado, encaminha à DEMA para ciência e providências e após à COMGRAD para ciência;
- Se houver diligências, retorna à COMGRAD para correção.



Bom trabalho!

Até o dia 14 ou 15 de março de 2017!!!!